

Gestão de Recursos Hídricos Interiores, Pedro Ricardo Pires Coelho, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º e da alínea f) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 de Outubro de 2010. — A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P., *Maria Valentina Filipe Coelho Calixto*.
203778516

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 15485/2010

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º, ambos da Lei do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que operou a sua republicação, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, que aprovou a Lei Orgânica da Autoridade para as Condições do Trabalho, são nomeados, em comissão de serviço, para exercerem os cargos de subinspectores-gerais do trabalho da Autoridade para as Condições do Trabalho, os licenciados Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo e Daniel José de Freitas Esaguy.

As presentes nomeações são fundamentadas na reconhecida aptidão dos visados e têm, ainda, como suporte as respectivas notas curriculares, que se publicam em anexo ao presente despacho e do qual fazem parte integrante.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2010.

6 de Outubro de 2010. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Maria Helena dos Santos André*.

Nota curricular

Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo, nascido em 12 de Março de 1955, natural de São Pedro, concelho e distrito de Vila Real, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pós-graduado em Ciências do Trabalho pelo ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; mestrando em Direito do Trabalho pelo ISCTE; inspector do trabalho, desde 1980; subdelegado da Inspeção-Geral do Trabalho (1990/1993); subdelegado do IDICT — Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (1993/1996); adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa (1999/2002); responsável pelas Relações de Trabalho e Contencioso Laboral da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. (2002/2003); subinspector-geral do Trabalho (1996/1999 e 2004/2007); adjunto do Gabinete da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social (2010); docência no ensino superior no domínio da segurança e saúde do trabalho (1999/2009). No âmbito da sua actividade salientam-se as seguintes missões: acompanhamento da missão PIACT (*Programme pour l'Amélioration des Conditions et du Milieu de Travail*)/BIT/OIT na sua visita a Portugal (1984); grupo de projecto da campanha para a melhoria da segurança no trabalho da construção/IDICT (1994/1996); comité de pilotagem da sessão europeia «Parceria por uma nova organização do trabalho» (Portugal, França, Itália, Áustria e Finlândia), apoiado pela Comissão Europeia/DG V (1998/1999); coordenação da participação portuguesa no projecto «Sessão europeia de segurança e saúde no trabalho na indústria têxtil» (Portugal, Dinamarca, Polónia e Finlândia), apoiado pela Comissão Europeia/DG V (1998); representante do Governo no Comité dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho/Comissão Europeia/DG V (1996/1999 e 2004/2007); coordenação da missão de cooperação em Moçambique no contexto do programa de cooperação na coordenação da missão de cooperação em Moçambique no contexto do programa de cooperação na área da Inspeção do Trabalho nos Estados membros da CPLP (2007); destaca-se ainda a publicação das seguintes obras: *Construção Civil e Obras Públicas, A Coordenação de Segurança* (co-autoria); IDICT, 1996; *Livro Branco dos Serviços de Prevenção das Empresas* (co-autoria), IDICT, 1999; *Coordenação de Segurança na Construção — Que Rumo?* (co-autoria), IGT, 2003; *Segurança e Saúde do Trabalho, Legislação Anotada* (co-autoria), Almedina, 5.ª ed., 2008; *Segurança e Saúde do Trabalho, Avaliação e Controlo de Riscos*,

Almedina, 2.ª ed., 2009; *O Processo de Contra-Ordenação Laboral e de Segurança Social*; Almedina, 2009.

Daniel José de Freitas Esaguy, nascido em 19 de Setembro de 1952, natural de Aveiro, licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico; *First Certificate in the English Language* pelo Instituto Britânico em Lisboa; assessor do conselho directivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (2009/2010); vogal do conselho de administração da Administração do Porto de Lisboa (2005/2009); assessor do conselho de administração do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (2003/2005); vogal do conselho de administração do Instituto Marítimo-Portuário (1998/2003); director de serviços da Direcção de Serviços de Assuntos Portuários da Direcção-Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos (1997/1998); chefe da divisão de Projectos e Obras da Direcção de Serviços de Assuntos Portuários da Direcção-Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos (1996-1997); assessor principal do quadro da Direcção-Geral de Portos, Navegação e Transportes Marítimos (1992/1996); chefe da Divisão de Equipamentos da Direcção-Geral de Portos (1988/1992). No âmbito da sua actividade salientam-se as seguintes missões: vogal da comissão permanente portuguesa da AIPCN; intervenção nas 5.ªs Jornadas Técnicas de Engenharia Naval, organizadas pela Ordem dos Engenheiros e pelo Instituto Superior Técnico, com o tema «Aproveitamento da zona económica exclusiva portuguesa — Interfaces Portuárias»; Intervenção no *Seminar on Port Development*, em Bristol; Intervenção no *Seminar on Responsible Coastal Zone Management*, em Cavtat; representação nacional no 1.º Encontro Ibero-americano sobre Intercâmbio Tecnológico Portuário, em Cancun; representante do Instituto Marítimo Portuário no conselho geral do Observatório das Infra-Estruturas de Transporte — AIP; representante do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos na Associação Bandeira Azul da Europa.

203776297

Despacho n.º 15486/2010

1 — Na sequência do meu despacho n.º 25036/2009, de 6 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 222, de 16 de Novembro de 2009, através do qual nomeie Eduardo Ribeiro de Jesus para exercer funções de motorista no meu Gabinete, nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, venho pelo presente despacho exonerar o nomeado, a seu pedido, nos termos do disposto no artigo 6.º do citado decreto-lei.

2 — Assim, ao cessar as suas funções, louvo publicamente o agora exonerado pela forma leal, empenhada, competente e dedicada com que desempenhou as funções que lhe foram confiadas no meu Gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Outubro de 2010.

6 de Outubro de 2010. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Maria Helena dos Santos André*.

203776978

Despacho n.º 15487/2010

1 — Nos termos do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de adjunta no meu Gabinete, no âmbito das respectivas habilitações e qualificações profissionais, a mestre Margarida Couto de Albuquerque Leitão Arenga.

2 — A nomeada auferirá a remuneração mensal estabelecida para o cargo de adjunta, incluindo o abono para as despesas de representação, acrescido dos respectivos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2010.

6 de Outubro de 2010. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Maria Helena dos Santos André*.

203776767

Despacho n.º 15488/2010

Na sequência do meu despacho n.º 261/2010, de 22 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro de 2010, através do qual delego na chefe do meu Gabinete, licenciada Ana Luzia Gomes Ferreira Reis, a competência para a prática dos actos relativos à gestão do meu Gabinete, venho pelo presente despacho proceder à alteração do respectivo n.º 2.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nas suas ausências e impedimentos, a chefe do Gabinete é substituída pela licenciada Ana Cristina Rebelo da Silva Couto de Olim, adjunta do meu Gabinete, em quem, nessas ocasiões, delego as competências para a prática dos actos previstos no n.º 1 do referido despacho, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2010.